

ATA da 16ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Compensação Ambiental (CTCA)– 02.05.2011

No dia dois de maio de dois mil e onze, as 14:00 horas na sala de reuniões do IAP, sito à Rua Engenheiro Rebouças nº 1.206, SEDE do Instituto Ambiental do Paraná, a Câmara Técnica de Compensação Ambiental - CTCA realizou sua 16ª (décima sexta) reunião ordinária, no qual foram apresentados e debatidos os temas listados abaixo sob a coordenação de Marco Antonio Pinto (DIBAP). Registrou-se a presença dos seguintes membros: Marco Antonio Pinto (DIBAP), Maria do Rocio Lacerda Rocha (DIBAP), Paulo Sérgio Nogueira (DIBAP), Antenor de Matos Pinheiro (Diretor DIAFI), Eliane das Graças Nahhas (DIAFI), Mauro Dalotto (PROJU), José Luiz Bolicenha (Gabinete) e João Batista Campos (SEMA). Registramos a ausência do seguinte integrante da CTCA: Paulo Eduardo Oliveira Barros (Diretor DIRAM), Ademar Cabeças Filho (DIRAM) e Mariese Cargnin Muchailh. Registramos ainda a participação do Diretor DIBAP – Guilherme de Camargo Vasconcellos.

Abertura dos Trabalhos - Marcos abriu a reunião destacando a nova configuração da CTCA, dando boas vindas aos novos integrantes da CTCA, destacando que foi revogada a Portaria 227/2007 que dava autonomia para cobrança de compensação ambiental de forma paralela dentro do IAP, ou seja, fora da CTCA. Observou que todas as compensações efetuadas sob a égide desta Portaria já estão sendo levantadas pela coordenação da CTCA e deverão ser objeto de apresentação futura à Câmara para ciência de todos. A partir de hoje não serão mais formalizados procedimentos de compensação fora do âmbito da CTCA.

Resumo geral sobre o quadro de Medidas Compensatórias – Apresentamos o seguinte quadro, conforme tabelas 1 a 3:

Tabela 1 - Valores depositados (ou a serem) em contas correntes - IAP

Empreendimento	Depósito Inicial (R\$)	Investimento (R\$)	Saído (R\$)	Data	Resumo da aplicação e Situação	Agência/Conta Banco do Brasil
UEG*	817.309,89	1.051.390,11	2.419.020,61	31.12.10	Termo Assinado em 2001. Parado, aguardando regularização fundiária do Parque Estadual Prof. José Wachowicz, para após fazer seu Plano de Manejo e Iniciar sua implementação	3793-1/3104-2

BRASCAN	314.400,00	196.572,06	346.920,05	31.12.10	Termo Assinado em 2001. Foram adquiridos equipamentos para o PE Lago Azul em Campo Mourão, hoje estamos fazendo a Reforma geral das estruturas, conforme projetos SEOP SID 09.930.146-5 Autorizado pelo Governador (SEMA desde 07.10.09)	3793-1/6105-0
VIAPAR	61.982,55	71.187,48	19.079,47	31.12.10	Recursos Depositados em 2002. Utilizados para a aquisição de 2 veículos sendo um para o PE Mata dos Godoy e outro para o PF de Ibiporã. O remanescente dos recursos estão destinados para elaboração projetos padrão para construções nas UC via SEOP.	3793-1/61034
PCH - Pesqueiro	130.000,00	0,00	354.735,21	31.12.10	Recursos depositados em 2002. Aguardando regularização fundiária/ PE do Cerrado	3793-1 / 6106-6
DER - PR 092	60.000,00	0,00	75.970,87	31.12.10	Recursos depositados em 2006. Aguardando projetos SEOP para construção de alojamento no PE de Campinhos	3793-1/6399-1
ELEJOR	4.005.633,00	0,00	5.961.708,23	31.12.10	Recursos depositados em 2006. Recursos para regularização fundiária do PE de Santa Clara. Pendente ação Judicial/ ver PROJU.	3793-1/6390-8
Ourinhos Energética	145.230,43	0,00	177.669,41	31.12.10	Termo Assinado em 2008. Para ampliação do RVS Jacarezinho	3793-1/7305-9
ECONORTE	111.233,67	0,00	135.053,10	31.12.10	Termo Assinado em 2006. TDR para Plano de Manejo do PF de Ibiporã elaborado, processo montado, 2010 seguirá para autorização governador / PF Ibiporã SID 07.587.193-7.	3793-1/6398-3
PCH - São Francisco	283.998,00	46.100,00	269.612,47	31.12.10	Recursos depositados em 2009. Aquisição de áreas PE Cabeça do Cachorro e R\$ 50.000,00 (em processo) aquisição de equipamento combate a incêndio (já realizado)	3793-1/8115-9
REPAR (BB) ****	55.662.853,35	29.039.838,00	3.920.288,41	31.12.10	Termo Assinado em 2009. Plano de Aplicação aprovado CTCA - Gestão geral de UCs	3793-1/8515-4
REPAR (caixa)	0,00	0,00	27.240.903,49	31.12.10	Termo Assinado em 2009. Plano de Aplicação aprovado CTCA - Gestão geral de UCs	CONTA Caixa
Petrobras UN-SIX	105.000,00	0,00	110.150,13	31.12.10	Termo Assinado em 2010. Plano de Aplicação aprovado CTCA - Revitalização PE do Monge	3793-1/8930-3

ARTEMIS Transmissora de Energia SA**	1.076.808,21	285.600,00	1.010.402,31	31.12.10	Termo Assinado em 2006. Ampliação das UC: PE de Campinhos (70 ha), PE Cabeça do Cachorro (30 ha) e EE Caiuá (21 ha) e já paga um curso de pós graduação dos servidores do IAP	3793-1/8.894-3
UIRAPURU Transmissora de Energia SA**	351.015,03	84.950,00	335.166,06	31.12.10	Termo Assinado em 2006. Ampliação do PF de Ibicatu, foi adquirido apenas um veículo / PF de Ibicatu	3793-1/8.893-5
DNIT - Serra da Baitaca***	1.962.888,08	0,00	1.962.888,08	31.12.10	Aguardando assinatura de TC junto ao DNIT/Desapropriação PE Serra da Baitaca - ainda não depositados em conta.	C.E.F.1630 - Op.006 -00139-0 (conta cancelada)
TOTAL	65.088.352,21	30.775.637,65	44.339.567,90			

Fonte: IAP/DCF/DUC/CTCA

Atualizado em 31.12.2010

OBS: * Foram retirados da conta UEG Araucária o montante de R\$ 695.000,00 para pagamento da Ampliação do PE Pico do Marumbi, área da Massa Falida da Papeleira São Marcos. Valores estes que deveram ser devolvidos as contas quando da aprovação de outra compensação ambiental/REPAR. Estes valores foram repostos em 26.02.2010.

**Estes valores foram atualizados conforme o TCCA, e depositados em conta corrente do IAP especificas, par serem aplicados no mesmo Plano de Aplicação, e foi assinado um Termo de Quitação entre IAP e as Empresas. Observamos ainda que os investimentos até este momento foram executados pelo empreendedor.

*** Estes valores ainda não foram depositados na conta, falta assinatura do TC, sendo valor previsto 0,5 % do Total do investimento (trecho PR BR 116), não houve aplicação de metodologia, valores deliberados via IBAMA, anteriormente a edição da Metodologia.

**** Foi depositado R\$ 27.000.000,00 na conta Judicial Município de Araucária. Foi transferido ainda mais R\$ 27.000.000,00 na conta IAP caixa, que passa a ser contabilizado via caixa.

Tabela 2 - Valores a serem aplicados pelo Empreendedor

Empreendimento	Depósito Inicial (R\$)	Investimento (R\$)	Saldo (R\$)	Data	Situação
SANEPAR - Piraquara II *	75.000,00	68.779,66	6.220,34	01.05.09	Termo Assinado em 2006. Construção de residência e reforma do Centro de Visitantes da FE Metropolitana
ATE - São Mateus Transmissora de Energia	67.539,93	36.236,00	31.303,93	15.02.11	Termo Assinado em 2010. Em fase de aplicação dos recursos (repasse ao município de Campo Largo (R\$ 25.000,00) aplicação no PM Cambui e aquisição de Veículo Programa RPPN
ATE - Foz do Iguaçu Transmissora de Energia	98.274,86	87.892,80	10.382,06	15.02.11	Termo Assinado em 2010. Em fase de aplicação dos recursos (PE Rio Guarani) - Aquisição de veículos e equipamentos para estruturação das estruturas recém inauguradas
ATE - Londrina Transmissora de Energia	64.651,29	64.651,29	0,00	15.02.11	Termo Assinado em 2010. Em fase de aplicação dos recursos (PE Mata dos Godoy) - construção de residência guarda parque
Porto Primavera Transmissora de Energia **	100.000,00	96.444,37	3.555,63	15.02.11	Termo Assinado em 2010. Em fase de aplicação dos recursos, que serão aplicados na EE do Caluá (Compra de veículo e equipamentos diversos para o centro)

TOTAL	405.466,08	354.004,12	51.461,96
-------	------------	------------	-----------

Fonte: IAP/DCF/DUC/CTCA

Atualizado em 15.02.11

OBS:

* Compensação finalizada, restando fazer acertos de constas (fechamento), junto a SANEPAR, provavelmente o saldo foi zerado.

** Licenciamento realizado pelo IBAMA, pois a obra foi realizada fora dos limites do PR (SP e MS), os valores estão sendo recebidos em bens como doação/ não foi rodado a metodologia valor deliberado pelo IBAMA.

Tabela 3 - RESUMO DOS VALORES

TIPO	Depósito Inicial (R\$)	Investimento (R\$)	Saldo (R\$)
IAP	65.088.352,21	30.775.637,65	44.339.567,90
EMPREENDEDOR	405.466,08	354.004,12	51.461,96
TOTAL	65.493.818,29	31.129.641,77	44.391.029,86

Fonte: IAP/DCF/DUC/CTCA

Atualizado em 15.02.11

Proposta de aplicação da Compensação Ambiental da LT Foz do Iguaçu – Cascavel (COPEL) no PARNA – Parque Nacional do Iguaçu – Marcos informou que esta sendo analisado e aplicado a metodologia neste processo (em sua fase final), a CTCA teve contato via telefone e e-mail com o PARNA Iguaçu, que manifestou sua intenção de ser beneficiado com estes recursos, deixando registrado em parecer enviado ao IAP anuindo (PARNA e ICMBIO) o licenciamento da obra. A indicação é que os recursos sejam aplicados no Corredor Santa Maria (entorno do PARNA). Marcos destacou ainda que tem uma pendência de resposta ao MPF de Foz do Iguaçu sobre os procedimentos de compensação para a obra licenciada, e que este deverá ser respondido na seqüência já informando os resultados da metodologia. Foi colocado para deliberação se os recursos seriam ou não aplicados conforme pleiteado pelo PARNA Iguaçu/ICMBIO e de maneira consensual foi deliberado favoravelmente ao pleito do PARNA Iguaçu/ICMBIO, seguindo os requisitos legais.

Informe sobre ação Judicial (REPAR – Araucária) – Mauro Dalotto informou que o IAP após o JUIZO dar liminar favorável o Município de Araucária, ficando sob juízo o montante aproximado de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), o IAP ajuizou agravo pedindo o retorno dos valores as contas do IAP, sendo este agravo não acatado pelo Juiz, deixando que a ação fosse a julgamento do mérito. Mauro reforça

ainda que o IAP deve ser prudente na aplicação dos recursos, pois ao final do processo o JUIZO pode deliberar decisão em que o IAP tenha que depositar os valores em sua totalidade, ou seja, os 55 milhões de reais, ou ainda obrigar que a aplicação dos recursos seja feito apenas na região de Araucária (Município). Foi recomendado que o IAP proponha um acordo junto ao Município (proponente da ação), desta forma evitaria um disputa judicial que poderá se arrastar por anos, sem a segurança de ser o IAP vencedor desta. Maria do Rocio (Chefia DUC) e Guilherme de Camargo (Diretor DIBAP) ficaram de provocar o contato do Diretor Presidente do IAP com o Prefeito de Araucária par ajustar as bases do possível acordo.

Informe sobre as Compensações ambientais em fase de análise – Marcos destacou rapidamente que esta organizando em torno de 15 procedimentos que deverão ser analisados pela CTCA com a finalidade de gerar compensações ambientais ao IAP e no momento oportuno serão apresentados individualmente.

Discussão procedimentos de Compensação Ambiental (SNUC e demandas gerais do IAP) – Marcos colocou em uma primeira discussão a instituição de outras formas de compensação ambiental, e não esta apenas respaldada pelo SNUC, pois desta forma seria possível estabelecermos procedimentos visando a cobrança de compensação ambiental de grandes empreendimentos que não necessitam de EIA/RIMA e estes recursos fossem direcionados para ações de estruturação do IAP. Mauro Dalotto destacou que o IAP é muito questionado judicialmente sobre a não cobrança de EIA/RIMA de empreendimentos, e que isto deveria ser melhor observado e encaminhado pelo IAP, evitando assim estes questionamentos. Destacou ainda que entende como temerário esta proposição e que o assunto deve ser melhor estudado, pois entende que a compensação é baseada legalmente pelo SNUC. João Batista também ressalta a falta de embasamento para esta cobrança e propõe que seja realizada consulta formal a Jurídica do IAP, de forma a realizar uma análise jurídica que indique o caminho correto. Marcos finalizou destacando que esta é apenas uma discussão preliminar e que o assunto será motivo de consulta formal, visando de uma vez por todas encaminhar esta situação dentro do IAP já que esta prática vinha sendo



realizada de forma rotineira dentro do IAP (sempre fora da CTCA e pautada em Portarias do IAP).

Rever ATA e deliberações da última reunião (15ª) da CTCA em 2010, que deliberou sobre os recursos da ordem de R\$ 2.200.000,00 para recolhimento e destinação de BHC – Marcos demonstrou sua preocupação sobre o tema (recolhimento e destinação de BHC), com o apoio de Mauro Dalotto, pois esta deliberação ocorrida na última reunião, segundo informações da DIAFI/DCF apesar de empenhada ainda não fora utilizada e entendemos como temerária a aplicação destes recursos para esta finalidade, diante das demandas judiciais já emanadas ao IAP sobre os recursos oriundos da REPAR. Desta forma ficou entendido pela CTCA que na época era uma proposição do Governo anterior e que uma nova avaliação deverá ser realizada por esta nova administração Estadual e para isto deveremos encaminhar a PROJU um pedido de manifestação sobre o caso, para na seqüência encaminhar a Direção do IAP para posicionamento.

Demanda da DIAFI/DIBAP (Manutenção de veículos UCs), (Diárias pessoal UCs), (Pessoal UCs – Terceirizados), (Manutenção UCs), Gestão Parque de Vila Velha e outras ações – Marcos informou que esta sendo finalizado relatório relativo a aplicação dos recursos em 2010, e em breve será apresentado a CTCA. Foi apresentado quadro abaixo para deliberação da CTCA sobre a sua inclusão nas ações de 2011 utilizando recursos da Compensação ambiental da REPAR:

AÇÕES 2011/12 DIBAP – AÇÕES A SEREM INCLUÍDAS OU READEQUADAS (VALOR)



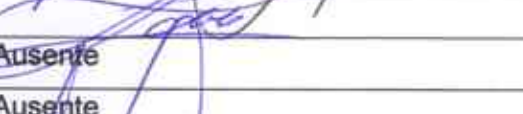

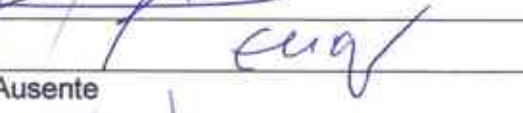

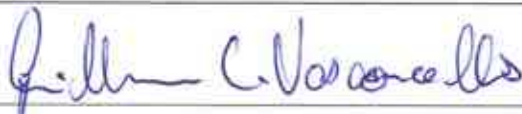

AÇÕES	TOTAL (R\$)
Diversas Gestão de UC	
1- Prestação serviço (Portaria, vigilância, serviços gerais, servente e jardinagem) para manutenção das UCs	3.000.000,00
2 –Despesas de diárias para eventos de capacitação , gerenciamento e monitoramento das UCs	500.000.00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3- Conservação e manutenção de veículos das UCs	300.000,00
4 – Gestão do Parque Estadual de Vila Velha	900.000,00
TOTAL:	4.700.000,00

Os membros da CTCA de uma maneira geral se manifestaram contrários à aplicação dos recursos em ações de Custeio, pois já no ano de 2010 esta prática foi realizada de uma forma emergencial, em valores semelhantes a estes solicitados agora. Acaba que o IAP utiliza estes recursos em custeio e nada faz em investimentos, deixando ações essenciais sem aplicação (regularização fundiária, planos de manejo, construções, equipamentos e etc). A seguir nesta linha corre-se o risco de num horizonte de 3 a 4 anos nada sobrar de ação concreta e sim apenas a simples manutenção das nossas estruturas e nada ficar de incremento de conservação da biodiversidade. A CTCA sugere uma ação mais efetiva da direção do IAP junto a SEFA/SEPLAN para liberação de recursos para custeio do IAP como um todo.

Em seguida Marcos deu por encerrada a reunião agradecendo a participação de todos.

Nome	Assinatura
Marco Antonio Pinto (DIBAP)	
Maria do Rocio Lacerda Rocha (DIBAP)	
Paulo Sérgio Nogueira (DIBAP)	
José Luiz Bolicenha (Gabinete)	
Paulo Eduardo Oliveira Barros (DIRAM)	Ausente
Ademar Cabeças Filho (DIRAM)	Ausente
Mauro Dalotto (PROJU)	
Antenor de Matos Pinheiro (DIAFI)	
Eliane das Graças Nahhas (DIAFI)	
Mariese Cargnin Muchailh (SEMA)	Ausente
João Batista Campos (SEMA)	
Outros Participantes da Reunião:	
Guilherme de Camargo Vasconcellos (DIBAP)	